



## NACIONAL

# VAMOS ENTENDER (E COMBATER) A PEC “DO FIM DO MUNDO”

No dia 10 de outubro de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou por 366 votos a favor, 111 contrários e 2 abstenções, a Proposta de Emenda Constitucional 241, que vem sendo denominada de “PEC do fim do mundo”. Por ser uma emenda constitucional, haverá um segundo turno de votação na Câmara dos Deputados; caso aprovada, a matéria seguirá para o Senado.

A PEC 241 altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, estabelecendo um teto para o gasto público, que passará a ter como limite as despesas do ano anterior, corrigidas pela inflação.

Atualmente os investimentos sociais são baseados no orçamento do ano anterior, reajustado pelo crescimento do país. Com a PEC, pelos próximos 20 anos o governo federal passará a calcular os investimentos sociais com base no orçamento do ano anterior, reajustado apenas pela inflação.

A PEC proíbe medidas tais como: 1) reajuste salarial; 2) criação de novos cargos ou funções; 3) reestruturação de carreira; 4) realização de concursos públicos.

A PEC também anula as atuais vinculações constitucionais que garantem, independentemente das decisões de governo, repasses mínimos para a área da

saúde e educação.

Em resumo, a PEC vai congelar – pelos próximos 20 anos -- os investimentos sociais nos patamares de 2016.

Mesmo que 2016 fosse um ano ótimo, isto já seria ruim, pois a população do Brasil vai crescer pelos próximos 20 anos, o que significa que o investimento social per capita vai reduzir.

Mas 2016, como sabemos, será um ano particularmente ruim: as previsões apontam que o PIB deve encolher e a arrecadação deve cair em nível ainda mais acentuado.

E o que acontecerá se a economia crescer e a arrecadação aumentar? Se isso acontecer, os benefícios resultantes NÃO irão para a maioria da população, nem para áreas estratégicas como educação, ciência, tecnologia e educação. Poderão ir para os detentores de títulos da dívida pública, poderão ir para as grandes empresas beneficiárias de subsídios e isenções, poderão ir para qualquer lugar, MENOS para as políticas sociais.

A votação da PEC 241 e a votação que alterou o regime do Pré-Sal deixam novamente claro o verdadeiro motivo pelo qual a maioria do Congresso Nacional aprovou o impeachment. Nunca houve crime de responsabilidade por parte da presidenta Dilma. O que há é uma total falta de responsabilidade, por

parte da maioria dos deputados e senadores, com o futuro do Brasil.

Os efeitos disto na UFABC já estão se fazendo sentir: o PLOA de 2017 destina à UFABC um valor suficiente para cobrir apenas 8 meses do funcionamento regular da Universidade. Se não fizermos nada, a UFABC vai parar em agosto do próximo ano.

Frente a esta situação, a Associação dos Docentes da ADUFABC -- em articulação com os demais setores da comunidade acadêmica, com outras associações docentes, sindicatos, centrais sindicais e movimentos populares, está participando da resistência, para tentar impedir a aprovação da PEC e, mesmo que aprovada, lutar pela sua revogação.

Como parte desta resistência, a ADUFABC apoia o site Brasil 2036, que concentra manifestações contrárias à PEC 241, análises sobre seus efeitos, uma linha do tempo da tramitação da proposta, além de diversas ferramentas de pressão a deputados e senadores.

Nosso movimento só terá sucesso se houver engajamento de todas as professoras e professores! A próxima assembleia da ADUFABC será no dia 20 de outubro, 14hs, no Campus de Santo André.



Um portal em defesa da educação pública e da saúde pública que estão ameaçadas pela PEC do teto de gastos

[brasil2036.org.br](http://brasil2036.org.br)



ADUFABC

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC  
SEÇÃO SINDICAL DO ANDES-SN

**DIA**  
**20**  
**14h**

**ASSEMBLEIA**  
**OUTUBRO, QUINTA**  
**Auditório A 109 | Campus Santo André**

# O que significa a PEC 241 para a Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil?



**Maria Carlotto**  
Presidenta da ADUFABC

A PEC 241/2016 estabelece um teto para os gastos públicos em todas as áreas e órgãos do Estado, incluindo administração direta e indireta, com base nas despesas de 2016. Em termos simplificados, em vez de acompanhar o crescimento do PIB, os gastos estatais ficarão congelados com base nas despesas de 2016, repostos apenas pela inflação. Como 2016, acompanhando a tendência de 2014 e 2015, será um ano de crescimento econômico negativo, baixa arrecadação e, consequentemente, contenção de despesas, isso significará que, daqui para frente, os gastos estatais, em especial em saúde, educação, ciência, tecnologia e inovação, tendem a cair em relação ao PIB.

Uma proposta dessas já não faria sentido algum em um país que tivesse alcançado um alto nível de desenvolvimento, porque os benefícios do crescimento econômico não seriam repartidos com a maioria da população nem reinvestidos em áreas estratégicas. Mas para um país como Brasil, que ainda investe pouco nessas áreas, o resultado será catastrófico.

No caso da educação, por exemplo, o Brasil vinha, nos últimos anos, expandindo o percentual do PIB gasto em educação, passando de 3,3% em 2003 para 6,6% em 2013.

Mesmo com todo esse esforço, em um estudo da OCDE de 2013 com 32 países, o Brasil foi considerado o país com o pior nível de investimento na área, tomando por base um indicador elementar de “gasto por aluno”. Assim, enquanto o Brasil investia, por ano, US\$2.148,00 por aluno de ensino médio da rede pública; a Argentina investia US\$4.202,00; os Estados Unidos investiam US\$15.171,00; e os países da OCDE investiam, em média, US\$9.303,00.

Portanto, mesmo depois da expansão do percentual do PIB gasto em educação, o Brasil investia pouco em educação. Imaginem o que vai ocorrer no contexto pós-PEC 241, quando o percentual do PIB gasto em educação passar a cair.

No caso dos investimentos em ciência, tecnologia e inovação, a situação talvez seja ainda mais grave. Isso porque o Brasil ampliou seus investimentos na área em termos absolutos, mas sem aumentar substancialmente o percentual do PIB destinado à pesquisa e à inovação.

Assim, se em 2000 o país investia 1,06% do PIB em pesquisa e desenvolvimento, em 2012 esse percentual havia aumentado apenas para 1,24%.

Vale notar que, ao contrário da área de educação stricto sensu, em que o gasto brasileiro em relação ao PIB acompanha a maioria dos países em nível semelhante de atividade econômica, no caso de pesquisa e inovação, esse percentual ainda é muito baixo, o que só reforça a demanda por ampliação de investimentos na área.

Não por acaso, o consenso de todos que trabalham com pesquisa e inovação no país é de que os gastos são insuficientes e precisam aumentar. É justamente por isso que a PEC 241 é um crime contra a ciência, tecnologia e inovação do país, na medida em que levará o Brasil para o constrangedor grupo dos que investem menos de 1% do PIB na área.

E isso num contexto em que o país precisa, urgentemente, encontrar saídas para sua crise econômica que, como sabemos, também tem raízes na baixa qualificação, produtividade e inovação.

Por tudo isso, é preciso dizer com clareza: não há futuro com a PEC 241 e sua aprovação é uma irresponsabilidade com o destino do país.



Filie-se à  
**ADUFABC**  
 [adufabc.ssind@gmail.com](mailto:adufabc.ssind@gmail.com)

**FINANÇAS**



**Contribuições**  
Para obtenção de informações sobre contribuições à entidade contatar a diretoria financeira:  
**glameira@uol.com.br**



Curta nossa nova página [facebook.com/adufabc](https://www.facebook.com/adufabc)